

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17759>

A Companhia Matte Larangeira nas origens da ascensão e da queda do Estado Novo

La Compañía Matte Larangeira en las orígenes de la ascenso e de la caída del Estado Novo

The Matte Larangeira Company in the origins of the rise and downfall of the Estado Novo

MARCELO PEREIRA DA SILVA BERMANN¹  

Resumo:

O artigo analisa a relação de inimizade não abertamente declarada entre o governo de Getúlio Vargas, surgido após a Revolução de 1930, e a Companhia Matte Larangeira, fundada em 1887 no sul de Mato Grosso. Tal relação foi profundamente marcada pela situação delicada que representou a Guerra do Chaco para o continente sul-americano no turbulento Período Entreguerras pós-Crise de 1929. Próximo ao fim definitivo do confronto boliviano-paraguaio, oficializou-se a ditadura do Estado Novo, e a partir de então, vieram medidas de desmantelamento do poderio da Matte Larangeira, em boa parte expressas na Marcha Para o Oeste. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, os associados da ervateira que compunham o governo viraram gradativamente oposição, e estiveram à frente da derrubada do Estado Novo.

Palavras-chave: Companhia Matte Larangeira. Era Vargas. Guerra do Chaco.

Resumen:

El artículo analiza la relación de enemistad no abiertamente declarada entre el gobierno de Getúlio Vargas, surgido después de la Revolución de 1930, y la Compañía Matte Larangeira, fundada en 1887 en el sul de Mato Grosso. Esta relación fue profundamente marcada por la situación delicada que representó la Guerra del Chaco para el continente sul-americano en el turbulento Periodo Entreguerras pos-Crisis de 1929. Cerca del final definitivo de lo confronto boliviano-paraguay, se echó oficial a la dictadura del Estado Novo, y a partir de entonces, seguirán-se medidas de desmantelamiento del poderío de Matte Larangeira, en buena parte expresadas en la Marcha para el Oeste. Con la entrada de Brasil en la Segunda Guerra Mundial junto a los Aliados, los asociados de la hierbatera que componían el gobierno se convertirán gradativamente en oposición, y encabezarán el derrocamiento del Estado Novo.

Palabras clave: Compañía Matte Larangeira. Era Vargas. Guerra del Chaco.

Abstract:

The article analyzes the relationship of undeclared enmity between Getúlio Vargas's government, which emerged after the 1930 Revolution, and the Matte Larangeira Company, funded in 1887 in the south of Mato Grosso. This relation was deeply marked by the delicate situation the Chaco War represented for the south-american continent in the turbulent Interwar Period post-1929 Crisis. Next to the definitive ending of the bolivian-paraguayan conflict, the dictatorship of the Estado Novo was officialized, and from then on, measures to dismantle the power of Matte Larangeira has come, in good part expressed in the March to the West. With the entrance of Brazil in World War Two alongside the Allies, the associates of the herb producer who composed the government became gradually part of the opposition, and were ahead of the overthrow of the Estado Novo.

Keywords: Chaco War. Era Vargas. Matte Larangeira Company.

¹ Graduado (2019) em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Econômica (2023), pela mesma instituição.

Considerações iniciaisⁱ

Em meio às muitas crises que desgastaram a autoridade e mesmo a legitimidade da Primeira República (revoltas armadas de militares de baixa patente, organização crescente da classe trabalhadora urbana, colapso econômico ocasionado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, contestações eleitorais etc.), Getúlio Vargas, herdeiro da tradição castilhistas gaúcha, chegou à presidência do Brasil após a Revolução de 1930,ⁱⁱ representando a Aliança Liberal. Esta era formada majoritariamente por radicais republicanos que compuseram ou apoiaram os Levantes de 1922, 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes, e por setores oligárquicos prejudicados pela hegemonia da cafeicultura paulista, voltada exclusivamente para o mercado externo. Uma amálgama de interesses conflitantes, cujo único ponto comum era o desenvolvimento do mercado interno como tarefa a ser empreendida pelo novo regime.

O governo de Vargas foi marcado por intensas disputas sócio-políticas, e embora o que pode ser chamado de “projeto nacional” somente tenha vigorado a partir da instauração do Estado Novo, esboços do que vieram a ser as marcas da Era Vargas já apareciam nas políticas iniciais pós-1930 e em correspondências do círculo de apoio mais próximo do presidente. Entre esses esboços, uma projeção do lugar do Brasil na América do Sul que, por um lado, construísse o país como potência regional e, por outro lado, freasse o crescimento da influência argentina sobre o continente.

A eclosão da Guerra do Chaco revelou, entretanto, um obstáculo para tal projeção: a falta de integração do estado de Mato Grosso ao restante do país, da qual o maior sintoma era a concentração de poder nas mãos da Companhia Matte Larangeira, empresa latifundiária ervateira fundada em 1877 que recebeu em 1882, via decreto imperial, concessão para explorar as terras anexadas pelo Brasil no fim da Guerra contra o Paraguai. Com o advento do governo republicano, ela adquiriu controle de todo o processo produtivo e comercial de mate no atual Mato Grosso do Sul, mantendo predominância mesmo quando o monopólio foi legalmente perdido em 1915 (Linhares, 1969, p. 152-153).

Associada a capitais ingleses, argentinos e paraguaios, sendo, inclusive, caracterizada como um truste multinacional por pesquisadores como Jovam Vilella Silva (1997), a trajetória da Companhia Matte Larangeira é marcada por intensa repressão contra sua mão-de-obra: posseiros gaúchos, interessados em formar pequenas propriedades, e trabalhadores Guarani,

com seu modo de economia e sociedade incompatível com trabalho capitalista (Arruda, 1997; Silva, 1997). Conforme observações do Exército a respeito do conflito – reunidas nos documentos *A Questão do Chaco Boreal*, de 1934, e *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes*, de 1935, ambos sob guarda do Arquivo Histórico do Exército –, a Matte Larangeira era considerada por estes um polo de instabilidade nacional.

É sobre as formas como a companhia ervateira sul-matogrossense manifestou essa assim considerada “instabilidade nacional”, a Marcha Para o Oeste como retaliação do governo Vargas, munido de autoridade máxima após o golpe de 10 de novembro de 1937, e a derrubada do Estado Novo em 29 de outubro de 1945 como resposta da Matte Larangeira aos revezes sofridos, que se trata este artigo. Para fins de esclarecimento sobre a divisão dos segmentos, cabe aqui expô-la, nos termos de Maria Helena Capelato (2020, p, 106), que propõe, “em primeiro lugar, [que] a chamada primeira fase do governo Vargas, ou seja, nos anos 1930 e 1940, não constitui um bloco homogêneo” e distingue-a em dois níveis:

1. 1930 a 1937 foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço. 2. 1937 a 1945 correspondem à vigência do Estado Novo, que se caracterizou pela introdução de um novo regime político orientado por novas regras legais e políticas. No entanto, esse momento também não é homogêneo porque as circunstâncias externas e internas são responsáveis por mudanças significativas no jogo político. A entrada do Brasil na Segunda Guerra constitui uma marca de mudança importante nos rumos do Estado Novo. Por esse motivo, propõe-se a divisão desse período em dois momentos: a) 1937-1942: caracterizou-se pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime; b) 1942-1945: com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, as contradições do regime ficaram explícitas. Nesse período, o governo se voltou, de forma mais direta, para as classes trabalhadoras, buscando apoio (Capelato, 2020, p. 106-107).

Os sete anos iniciais (1930-1937)

Uma das primeiras medidas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado pouco após a Revolução de 1930, foi a Lei de Nacionalização da Mão de Obra, outorgada pelo então ministro Lindolfo Collor, que obrigava todas as empresas a contratarem trabalhadores nacionais. No caso da Matte Larangeira, os paraguaios eram quase a totalidade dos seus empregados. Embora a companhia ervateira tenha conseguido driblar a lei durante uma década, sua promulgação resultou num revés na luta pela terra contra os posseiros gaúchos e outros

grupos que buscavam se estabelecer em Mato Grosso desde fins do século XIX (Guillen, 1991, p. 63; Arruda, 1997, p. 19; Pereira, 2022, p. 150).

Entretanto, a latifundiária ervateira não foi apenas afetada indiretamente por medidas do novo governo. Ainda em 1930, o governo federal desapropriou suas instalações no município de Guaíra e proibiu-lhe os serviços de navegação do alto Paraná. Pouco depois, em 1931, foi instituída pelo recém-criado Conselho Nacional do Mate a sobretaxa de 25 réis por quilo de erva-mate (Silva, 2016, p. 35). É plausível, desta forma, afirmar que, desde antes do Estado Novo, havia, por parte do governo de Getúlio Vargas, a intenção de desarticular o poder e a atuação da Companhia Matte Larangeira no sul de Mato Grosso.

Estes foram motivos consideráveis para que esta aderisse e financiasse a Frente Única Paulista e seus esforços insurgentes que levaram à Guerra Civil Paulista de 1932. Às vésperas de sua eclosão, Getúlio Vargas nomeou Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, oficial querido entre os “tenentistas”,ⁱⁱⁱ para o cargo de Ministro da Guerra (Moraes, 2018, p. 35). A opção por Cardoso, longe de ter sido uma imposição “tenentista” (Prestes, 2014, p. 26, 67, 80), foi expressão de um projeto de centralização autoritária e nacionalismo antioligárquico^{iv} (Prestes, 2014, p. 80), da política interna brasileira como indissociável de uma política continental (Rodrigues; Silva, 2019, p. 8).

De qualquer modo, a nomeação de Cardoso indisporia Vargas perante os militares legalistas e constitucionalistas, que a consideraram um desrespeito à hierarquia do Exército, e acirrou os nervos entre os paulistas, já altos graças ao rompimento entre o Partido Democrático e o Governo Provisório em janeiro e à decretação da lei eleitoral de 24 de fevereiro, que alterava o voto distrital para o proporcional. O general Bertoldo Klinger, antigo inimigo do “tenentismo” e associado da Companhia Matte Larangeira, aproveitou-se da situação para instigar seus aliados da Frente Única Paulista ao conflito com Vargas (Guillen, 1991, p. 143; Moraes, 2018, p. 37, 40-41).

A Matte Larangeira viu no início dos confrontos armados entre o Paraguai e a Bolívia uma oportunidade para reverter a situação política nacional de volta para quando detinha autoridade absoluta sobre suas terras e mão de obra. De acordo com Silva:

Após o início do conflito de 1932, seus protagonistas utilizaram-se das fronteiras mato-grossenses para uma série de contatos fundamentais para o futuro revolucionário constitucionalista. Entre os objetivos desses contatos estava a compra de material bélico e aviões. Os recursos a serem utilizados seriam os provenientes da venda de 36.000 sacas de café depositadas no Paraguai, com o apoio do Instituto do Café do

Brasil, em Concepción, e das facilidades da Companhia Mate Laranjeira. Os pontos de contato para essa comercialização e outras providências passaram a ser as cidades de Guaíra e Ponta-Porã. O gerente da empresa ervateira, em Campanário, recebeu cartas de recomendação para que providenciasse o transporte rápido aos enviados paulistas que fariam contato com Buenos Aires. [...] Colaborou nesta intermediação Jorge Berstein Filho, gerente da Mate Laranjeira em Campanário (Silva, 1997, p. 33).

Para manter o movimento insurgente restrito à São Paulo e escasso de suprimentos, e ao mesmo tempo romper com a trégua do Comitê dos Neutros, tão favorável aos interesses econômicos argentinos (Bandeira, 1998, p. 168), o Governo Provisório embargou as armas destinadas aos paulistas e as transferiu para as tropas paraguaias, que partiam para retomar o forte Boquerón dos bolivianos, como descreve a seguinte correspondência de Protásio Vargas ao irmão Getúlio:

Telêmaco lá está [em Ponta Porã] ao lado de Klinger, obedecendo o Piragibe, porém já quase sem soldados, que têm emigrado para o Paraguai, donde é necessário repatriá-los, autorizando nosso Ministro em Assunção. [...] O Ministro referido, vendo que o avião de combate, comprado pelos paulistas ao Chile e ali arretissados, levantaria vôo, pelo suborno em prática, deu-o ao governo que o mandou para o Chaco... Os paulistas compraram algumas centenas de caixas de gasolina, que depois de pagas, foram denunciadas pelo Ministro. O governo apreendeu e mandou-as também ao Chaco. Refere-se também o Schiavo que o vapor que levou o material bélico para Porto Murtinho estava sendo objeto de cuidado pelos revolucionários, constando que marchava uma coluna para derrotar os nossos 500 que lá estavam e apoderarem-se do mesmo material. Que ele avisará disso os oficiais a bordo e a esquadrilha.^v

É importante ressaltar que Porto Murtinho, às margens do Rio Paraguai, foi fundada pela Companhia Matte Larangeira, e estava sob sua administração direta. Essa empreitada da ervateira, porém, terminou frustrada. Os paulistas foram privados dos armamentos e combustíveis que compraram, e estes foram transferidos para os atacantes de Boquerón. O Governo Provisório, assim, contribuiu de maneira fundamental para a primeira vitória paraguaia na Guerra do Chaco. Tal batalha foi encerrada no dia 29 de setembro, e no dia 2 de outubro, as tropas insurrecionais se renderam.

Em meio a um novo cenário político, onde Vargas era eleito presidente pela Assembleia Constituinte em 1934 e a influência do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro crescia dentro do Exército Brasileiro, os “tenentistas” e seus simpatizantes perdiam espaço. Mas os desdobramentos preocupantes da Guerra do Chaco fizeram com que os “tenentes” seguissem úteis militar e diplomaticamente ao Governo Constitucional. José Carlos de Macedo Soares, outrora envolvido com a revolta de 1924 e que, ao longo da Constituinte, desempenhou papel de mediador entre os políticos paulistas e o Governo Provisório, foi nomeado Ministro das

Relações Exteriores, ao passo que o general Waldomiro Castilho de Lima, então afastado da interventoria de São Paulo, voltou às suas atividades com o Estado Maior do Exército (EME), e pela instituição dedicou-se a observar de perto o conflito.

Em *A questão do Chaco Boreal*, Castilho de Lima procura atualizar a situação militar do Brasil e realizar comentários sobre o conflito em andamento, no contexto dos interesses nacionais (Rodrigues; Silva, 2019, p. 19). O documento sigiloso abordou as diversas maneiras de possível invasão do território brasileiro através do estado de Mato Grosso, destacando o perigo que representava a Companhia Matte Larangeira:

É interessante observar aqui que, na região de Mato Grosso fronteira com o Paraguai, numerosos habitantes são paraguaios e consideram vivamente essa zona como uma usurpação violenta ao seu país, do que não se conformam e fazem sempre assunto de suas conversações. A Companhia Matte Larangeira, bem como outros latifúndios de propriedades estrangeiras, especialmente paraguaias, emprega em seus serviços grande número de paraguaios os quais procuram alistar para ingressar nas fileiras do exército paraguaio, constituindo assim um caso atentatório aos princípios de neutralidade brasileira muito prejudiciais às relações com os nossos vizinhos. Essa empresa da Matte Larangeira constitui um perigo para os interesses da Defesa Nacional naquela zona, caso venham a ser estabelecidas hostilidades de qualquer sorte naquela fronteira, notadamente no início das operações militares, no caso de uma guerra com aquele país. Além desse fato, essa companhia, em todas as lutas internas de 1922 a 1932, contribuiu sempre para auxiliar os revoltosos contra o governo, quer pelo auxílio de capital, quer arregimentando tropas, inclusive grande parte de paraguaios, como aconteceu especialmente em 1932 auxiliando a revolução de São Paulo, conseguindo manhosamente apoderar-se de armamento do Exército, que acabado a refrega, desapareceu misteriosamente.^{vi}

Também havia carregamentos de diversos tipos saídos das terras da Matte Larangeira ao Paraguai durante a Guerra do Chaco. Mas, estes não correspondiam a iniciativas gerenciadas pela empresa, e sim a atividades de contrabando realizadas, como forma de resistência pontual, pelos milhares de trabalhadores e posseiros que confrontavam o poder da companhia ervateira na luta pela terra. Nessa luta, a Matte Larangeira cometia frequentes chacinas (Bastos, 1986, p. 261; Guillen, 1991, p. 179). Outro fator que explica a apreensão de Castilho de Lima quanto à empresa ervateira é o seu crescimento expressivo durante a guerra, conforme descreve Jovam Vilela da Silva:

Os negócios da empresa cresceram tanto que, por volta de 1934, os bens da empresa Laranjeira, Mendes & Cia. foram discriminados em 900 carretas, 180 chatas, 37 lanchas a vapor, 2 linhas de Decauville com um percurso de 80 quilômetros, 30 depósitos mestres e 70 depósitos auxiliares, 250 quilômetros de estradas vicinais de rodagem, 60 pontes construídas e distribuídas pelo caminho, 20 rebocadores e 08 vapores. Além desses recursos, possuía ainda veículos à gasolina, ferraria, marcenaria e carpintaria. Para auxiliar na tração das carretas e outros serviços, possuía 1700

burros e 2500 cavalos. Criava também um rebanho bovino avaliado em 55 mil cabeças. Para todo esse empreendimento, empregava 28000 pessoas. Desse total, 18000 eram empregados fixos e os 10000 restantes, volantes, mão-de-obra paraguaia em sua quase totalidade (Silva, 1997, p. 40).

Quanto a uma suposta atuação da gigante ervateira conscientemente favorável ao Paraguai – e consequentemente à Argentina –, é preciso levar em conta fatores internacionais. Um deles o fracionamento da empresa em três pessoas jurídicas distintas: a original Companhia Matte Larangeira no Brasil, a Empresa Matte Larangeira Mendes S. A. criada em 1929 na Argentina, e a Empresa Matte Larangeira Mendes del Paraguay, criada em 1929 no Paraguai (Arruda, 2015, p. 17-18). Outro é a suplantação da La Industrial Paraguaya, de capital argentino, no comércio de erva-mate no mercado platino a partir de fins da década de 1920 (Bandeira, 1998, p. 164). Dito isso, é precipitado fazer qualquer afirmação sobre o posicionamento da Companhia Matte Larangeira frente à Guerra do Chaco, pois não existem pesquisas suficientes sobre as relações políticas internacionais da empresa ervateira, nem pesquisa qualquer até hoje que tenham levantado o impacto da guerra boliviano-paraguaia nas receitas, no fluxo de trabalhadores etc. Este o intuito deste artigo, e sim avaliar a evolução das relações do governo Vargas com a companhia, considerando, entre outros objetos de análise, as observações do EME a seu respeito.

Enquanto a Matte Larangeira era vigiada secretamente, tinha no então Governo Constitucional dois aliados: os mato-grossenses Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal, e Eurico Gaspar Dutra, general e sucessor de Góes Monteiro no Ministério da Guerra, ambos figuras-chave no vindouro Estado Novo. Silva (1997, p. 41) pontua que, “no que toca aos representantes mato-grossenses no Palácio Alencastro, permanecia a ideia de fomentar o desenvolvimento do Estado através da diversificação da agricultura; o mesmo queria o governo de Getúlio Vargas”. Durante toda a Primeira República e meados da década de 1930, os interesses da Matte Larangeira e os do governo estadual de Mato Grosso frequentemente coincidiram. Foi a Guerra do Chaco que tratou de separá-los.

Em vista das possibilidades de invasão ao território brasileiro por forças paraguaias e argentinas através do sul de Mato Grosso – facilitadas pela Matte Larangeira –, o general faz uma série de sugestões para a região. Entre elas:

A reorganização do forte, modernizando-o e tornando-o eficiente para as operações da guerra moderna. Sua defesa deve ser mista, por terra e por água porque durante as enchentes ele pode ser desbordado fora das vistas de guarnição, devido aos morros

que existem em ambas as margens, e pela construção de pontos defensivos acessórios, com perfeita ligação entre si e com Corumbá, com vários dispositivos para a defesa minada do rio, coadjuvada por elementos da Marinha (flotilha) tanto fluviais quanto aéreos. Além disso, a instalação da tropa e a residência dos oficiais, o saneamento da zona e o desenvolvimento rodoviário deverão ser objetos de estudos e empreendimentos inadiáveis. Além da modernização da defesa do forte de Coimbra, de acordo com as ideias acima, para barrar o acesso a Mato Grosso pelo rio Paraguai, seria interessante organizarmos um outro sistema defensivo no lugar denominado Fecho dos Morros, no referido rio, ao sul de Bourbon, hoje, fortin paraguaio da margem direita, na latitude de 21° e 22°.vii

O então chefe do Estado Maior do Exército (EME), Pedro Aurélio de Góes Monteiro, começou a implementar as sugestões de Castilho de Lima já em 1935, um ano após elas terem sido propostas, como descreve em relatório oficial:

A lei de quadros e efetivos fixou a organização do Exército em tempo de paz, consignando-lhe o mínimo de unidades correspondentes à população e à extensão territorial do país. Essa organização permaneceu, durante o último ano, desfalcada de vários elementos, devido à falta de quartéis e em virtude da escassez de recursos materiais. Ao mesmo tempo que os meios normais e indispensáveis foram reduzidos, cresceram, de modo apreciável, os encargos da tropa das 3ª, 8ª e 9ª Regiões Militares, em face do serviço vigilância de fronteiras, realizado, durante longos meses, nos Estados do Rio Grande do Sul, do Amazonas, e, ininterruptamente, no Estado de Mato Grosso, devido aos movimentos revolucionários irrompidos na Argentina e no Uruguai, ao conflito de Letícia e à Guerra do Chaco.viii

Quando o relatório foi enviado, em maio de 1935, o EME já havia produzido um documento secreto, datado de março, mês do desentendimento entre as chancelarias argentina e brasileira, abordado no capítulo anterior. No documento, intitulado *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes*, a possibilidade do conflito envolver o continente inteiro estava posta de maneira evidente. No seguinte trecho, são avaliadas as melhores alianças:

Em caso de guerra qual será o auxílio mais eficaz ao Brasil, o do Paraguai ou o da Bolívia? Pela posição geográfica que o Paraguai ocupa e pelas qualidades militares de seu povo, de que nos dão justa medida a tenaz resistência que opôs ao inimigo na guerra da Tríplice Aliança e a galhardia com que se vem batendo, no Chaco, contra a Bolívia, alcançando notáveis resultados apesar da inferioridade numérica e deficiência de recursos materiais, não deixam dúvida sobre o valor de um tal aliado, inquestionavelmente mais precioso para nós do que o seu atual adversário, numa guerra em que o nosso inimigo principal fosse a Argentina. Numa tal eventualidade o Paraguai seria aliado do país que se julgasse mais forte, desde que se acumulassem os motivos de desconfiança que seu Governo já nutre contra a Argentina [...].ix

Para uma aliança com o Paraguai em um eventual conflito armado contra a Argentina, seria necessário, na avaliação do Exército Brasileiro, que o Brasil fosse forte, uma nação capaz de cumprir com acordos bilaterais que sustentassem tal aliança estratégica. E de ‘força’, pode-se subentender características como estabilidade política, integração territorial, robustez econômica etc.

A Guerra do Chaco, junto com a Questão Letícia, reforçou a demanda dos militares por armas e equipamentos mais modernos, uma vez que os poucos disponíveis haviam sido usados no conflito contra São Paulo (Rose, 2001, p. 175). O armistício de junho não fez com que a possibilidade de uma guerra contra a Argentina fosse deixada de lado. Logo após o fim dos combates, o Brasil passou a investir significativamente nas Forças Armadas. Isso significou não somente a compra de equipamentos bélicos, mas a implementação dos pontos da Doutrina Góes Monteiro: o Exército promotor da unidade, desenvolvimento e industrialização do Brasil, além de dotado da capacidade de salvaguardar a soberania brasileira e de todos os países sul-americanos, como condições fundamentais para a Segurança Nacional (Sebben, 2010, p. 90; Prestes, 2014, p. 47).

A nova corrida imperialista por colônias, expressada na América Latina pela disputa por zonas comerciais entre os Estados Unidos e a Alemanha, e nos continentes asiático e africano pelas respectivas expansões japonesa e italiana, também fez com que também advogassem pela direção ultranacionalista o setor empresarial representado por Roberto Simonsen e Valentim Bouças, além de Osvaldo Aranha. Em cartas a Vargas, os três reforçavam a necessidade de se desenvolver a indústria para garantir a independência nacional, afirmando, entre outras coisas, o predomínio dos fatores econômicos sobre os políticos nas relações entre países, e que os de indústria fraca seriam engolidos e serviriam unicamente como colônias (Hilton, 1977 *apud* Corsi, 1999, p. 54). Entende-se, assim, o apoio de tais setores ao Golpe de 1937 e à ditadura subsequente.

O Estado Novo (1937-1945)

Foi no início desta fase da Era Vargas que o Brasil assinou dois acordos com a Bolívia de grande importância para se chegar ao acordo definitivo de paz de 1938, e cujos horizontes prometiam grandes conquistas para o desenvolvimento industrial almejado pelos setores militar e empresarial. São eles o Tratado Sobre Ligação Ferroviária e Tratado Sobre a Saída e o

Aproveitamento do Petróleo Boliviano. Também houve significativa aproximação com o Paraguai na mesma época e a partir de então (Doratioto, 2000, p. 28).

Na esteira do Golpe de 1937 e das boas expectativas com os rumos da Conferência de Paz, foi anunciada no começo de 1938 a Marcha Para o Oeste, projeto de ocupação do “vazio demográfico”^x no Mato Grosso e de promoção de pequenas propriedades coloniais no lugar de extensos latifúndios. De acordo com Cancelli, a Marcha para o Oeste também se configurou como um combate a quatro grupos considerados inimigos do Estado: os países que ambicionavam fatias do território brasileiro, os chamados “judeus-errantes” – termo antisemita para designar multidões de aventureiros e desgarrados recrutados por latifúndios a troco de salários miseráveis –, a cobiça do capital estrangeiro e a pobreza apática – lavradores à mercê de graves moléstias sociais como a falta de instrução formal e de saneamento básico, caricaturados, por exemplo, na figura do Jeca (Cancelli, 2017, p. 48-51).

A Matte Larangeira controlava dois terços da produção de erva mate em Mato Grosso (Carone, 1976, p. 271). Também possuía elementos estrangeiros em abundância, desde a língua predominante até a moeda em circulação (Talma, 1926, p. 89). Ela foi o grande foco da análise e fornecimento de dados sobre a concentração de terras nas áreas fronteiriças realizada pelo Conselho de Segurança Nacional (Cancelli, 2017, p. 49), e a maioria de seus trabalhadores se encaixava nas descrições pejorativas de “judeus-errantes” e de “Jecas”, conforme Gilmar Arruda (1997). Tudo isso aponta para a conclusão de que a ervateira era o alvo principal da Marcha Para o Oeste.

Além disso, de acordo com Jovam Vilella da Silva:

A ideia era ligar regiões, principalmente as desenvolvidas do litoral e aproximá-las daquelas isoladas no interior, em suma, diversificar, ampliar o setor produtivo e ao mesmo tempo aumentar o consumo. Esses planos políticos procuraram ocupar os “vazios demográficos”, “improdutivos” e “isolados”. A consequência naquele momento foi o desenvolvimento da ideia, entre outras, da “Marcha para o Oeste”. Neste sentido, um truste como a Mate Laranjeira, encravada no sul de Mato Grosso, numa região de fronteira e com ligações políticas na Argentina e Paraguai, acabava sendo um estorvo à política de assentamento colocada em execução pelo governo de Vargas. Afinal a Revolução Constitucionalista de 1932 havia mostrado a Getúlio do que era capaz a Mate Laranjeira e do perigo que a mesma representava nesta região (Silva, 1997, p. 42).

O primeiro golpe frontal contra a Matte Larangeira, antes do começo efetivo da Marcha para o Oeste, em 1941, foi a criação do Instituto do Mate, que, ao contrário de todos os outros, foi criado primeiro via decreto-lei, em abril de 1938. Ainda conforme Silva:

O decreto-lei estabeleceu a obrigatoriedade do regime da livre exploração do mate, de promover, desta feita, à União a colonização racional das terras antes arrendadas à Mate Laranjeira; da preparação do advento da livre iniciativa com o prazo de um ano da vigência do contrato de concessão para facilitar a adaptação ao novo sistema; de conferir-se a uma entidade administrativa o fomento da indústria ervateira (foi criado o Instituto Nacional do Mate, lei nº 395 de 13/4/1938), a fim de se preparar a passagem do regime de monopólios para o da livre exploração: de abrirem-se ao tráfego público as vias de comunicação terrestres e fluviais servidas pela Mate Laranjeira; de instalarem-se serviços públicos federais, estaduais e municipais nos portos e povoados que serviam a dita empresa; finalmente, de submeter a exame os títulos de propriedade na faixa de dez léguas da fronteira (Silva, 1997, p. 41).

Foi somente em outubro, após o embaixador do Uruguai, João Batista Luzardo, relatar a Vargas detalhes de uma nova conspiração envolvendo Flores da Cunha e militares paraguaios – incluindo o recém-empossado presidente Rafael Franco –, com o objetivo de promover uma invasão ao Rio Grande e facilitada pela presença da Mate Laranjeira na fronteira com o Paraguai,^{xi} que o Instituto do Mate foi regulamentado. Entre seus órgãos estão a Divisão de Defesa da Produção, descrita no artigo 14, e a Divisão de Controle do Mercado, no artigo 15. Suas atribuições, respectivamente, são:

- a) organizar e manter atualizado um cadastro dos produtores e expedir os respectivos certificados de registro;
- b) estudar e propor as medidas necessárias à racionalização e à melhoria da produção do mate, tais como: fixação das épocas e das condições de poda e colheita nos ervais; higienização e mecanização das operações de colheita e preparo da erva mate; sua embalagem; classificação botânica e defesa dos ervais; aproveitamento industrial ou incineração de erva condenada; determinação de áreas de cultura, melhoramento das condições de trabalho das populações ervateiras, baseado no respectivo estudo demográfico;
- c) estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias ao amparo dos produtores;
- d) elaborar análises estatísticas da produção do país e no estrangeiro;
- e) superintender os serviços de pesquisa e experimentação da erva mate, diligenciando sobre a instalação e o funcionamento de laboratórios de análises, campos experimentais e museus do Instituto, bem como fiscalizar as análises cometidas pelo Instituto a outros laboratórios;
- f) estudar as condições e os característicos da produção da erva mate no estrangeiro, comparando-o com os do Brasil. (...)
- a) organizar e manter atualizado um cadastro dos industriais e comerciantes do mate e expedir os respectivos certificados de registro;
- b) estudar e propor, tendo em conta especialmente as condições peculiares a cada região, as medidas necessárias à regularização do comércio do mate, tais como: racionalização das condições de mercado, objetivando a estabilização e a proteção da clientela; condições de entrega, pagamento e preços de venda; contra-tipos; padronização dos tipos de exportação e consumo interno; fixação de preços mínimos; criação de entrepostos reguladores, condições de embalagem do mate; garantia de procedência; acordos com países estrangeiros; normas para as relações entre os interessados na produção, na indústria e no comércio do mate; condições

- técnicas e econômicas dos transportes; equilíbrio entre a produção e o consumo;
- c) estudar e propor as medidas econômicas e financeiras necessárias ao amparo da indústria e do comércio do mate;
- d) elaborar análises estatísticas do comércio do mate no país e no estrangeiro;
- e) estudar as condições e as preferências dos mercados consumidores internos e externos;
- f) controlar a influência, nos mercados consumidores, da propaganda nacional e estrangeira, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento da propaganda nacional.^{xii}

O monopólio latifundiário da Matte Larangeira sobre a produção, exploração e comércio de mate na Bacia do Prata era uma anomalia para os padrões da região sul-platina de produção de erva mate, organizados em pequenas propriedades industrializadas (Arruda, 2015, p. 4). Todas essas atribuições, na teoria, corrigiam tal situação.

A aplicação delas viria a ocorrer em dois momentos-chave. O primeiro foi em 1941, quando foi negada à Matte Larangeira, via intervenção federal, a continuidade da concessão pública de seus ervais, graças a uma campanha de denúncia promovida pelo jornal carioca ‘O Radical’, que explicitou o caráter de truste multinacional da empresa (Silva, 1997, p. 41). E o segundo veio com a criação do Território Federal de Ponta Porã, desmembrado do sul de Mato Grosso e composto dos municípios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho, todos em área de influência da Mate Larangeira, que perdeu definitivamente o direito de renovação de arrendamento para exploração de ervais (Silva, 1997, p. 35).

Todas essas medidas, dentre as quais também devemos incluir as Colônias Nacionais Agrícolas – como a de Dourados, criada em 1943, mas implementada somente em 1944 –, explicitam o caráter nacionalista do Estado Novo, cujo ápice se deu no contexto de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Entre os objetivos dos territórios federais e das colônias agrícolas, estavam: nacionalização das fronteiras, integração do mercado interno, minimização dos problemas de desemprego e vadiagem nas cidades grandes, desarticular grupos oposicionistas, incentivar um regime de policultura benéfico aos setores industriais etc. (Silva, 1997, p. 37).

Tais objetivos não obtiveram sucesso, e há vários motivos para isso: logística precária, legislação insuficiente, recursos voltados para a guerra, entre outros. Entretanto, um que não deve ser desconsiderado é o enfrentamento político direto ao projeto de colonização interna do Estado Novo. Assim como entre 1930 e 1932, a Companhia Matte Larangeira não aceitou calada os ataques federais a suas bases de dominação. Desta vez, contudo, não bancou qualquer tipo de insurreição armada. Sua retaliação se deu no campo do isolamento político,

como explica Octaviano Cabral:

Não foi por acaso que o líder estadonovista Filinto Müller foi esfriado e terminou, embora por outros motivos, rompendo com a ditadura na qual foi eminência parda. Pela mesma razão, a pretexto administrativo, o também líder João Ponce de Arruda afastava-se de Vargas e, por que não dizer ? - o General Dutra que, arvorado em democrata, evoluíra até o golpe de 1945! (Cabral, 1964 *apud* Silva, 1997, p. 41).

Vale aqui salientar, considerando as intensas disputas – tanto oligárquicas quanto populares – em torno da redemocratização no esteio da guerra, que tanto Müller quanto Dutra. Seus nomes, inclusive, constam no documento *A luta contra a agressão nazista e a política do Brasil*,^{xiii} produzido pelo Partido Comunista Brasileiro durante sua busca por retomada de bases após intensa repressão, bem como sua tentativa de diminuir a ingerência de germanófilos no governo (Pitillo; Tavares, 2022, p. 145-146). Se a coincidência entre aliados da Companhia Matte Larangeira e apologia às políticas agressoras nazifascistas indica relação direta entre a ervateira e o nazismo, também é precipitado de se afirmar, pois, novamente reiterando, não há pesquisas suficientes a respeito das relações políticas internacionais da empresa ervateira.

De qualquer modo, o isolamento político a partir da influência da Matte Larangeira não se deu somente no âmbito nacional como também no regional. Dos 300.000 hectares projetados para serem demarcados para a Colônia Nacional Agrícola de Dourados, somente 267.000 o foram (Gressler; Swensson, 1988 *apud* Silva, 1997, p. 35). Quanto ao próprio Território Federal de Ponta Porã, foram três governadores somente entre 1944 e 1945, uma instabilidade que perdurou até sua extinção em 1946. A ação foi resultado do apoio da Matte Larangeira à candidatura de Dutra em 1945, bem como de articulação com o estado do Paraná, cujas elites também possuíam interesse em extinguir o Território Federal de Iguaçu. Juntos, manobram politicamente as Disposições Transitórias da Constituição de 1946 para que os Territórios Federais de Ponta Porã e de Iguaçu fossem reintegrados a seus respectivos estados originais – Mato Grosso e Paraná (Silva, 1997, p. 43).

Apesar do revés favorável à Companhia Matte Larangeira – somente possível graças ao processo de freio popular à Constituinte iniciado com a derrubada precoce de Vargas no Golpe de 1945 – ela nunca mais recuperou o poder que detinha sobre aquelas terras, que passaram a ser vinculadas à União (Silva, 1997, p. 35). Mesmo tendo fracassado em seus objetivos maiores, a Marcha para o Oeste foi bem-sucedida em desestruturar a Matte Larangeira enquanto império, enquanto “Estado dentro do Estado” (Silva, 2011, p. 123).

Considerações finais

Estudos aprofundados do embate que se deu entre o governo federal, durante toda a Segunda e a Terceira República, e a Companhia Matte Larangeira, conseguem expor alguns temas caros para a historiografia brasileira e latino-americana. Entre eles estão: a dinâmica das disputas geopolíticas em torno da Bacia do Prata; as consequências de uma territorialização que preocupou em conquistar, em demarcar, mas não em integrar; as relações entre capital e trabalho em meio à questão da terra e à questão indígena; e, particularmente ao foco deste artigo, os limites de uma revolução burguesa.

A orientação que guiou as políticas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas, em todas as suas fases e crises, foi o nacionalismo centralizador. No Brasil das décadas de 1930 e 1940, isso implicava no combate ao poder desmedido das oligarquias em suas regiões e mesmo no país como um todo – caso este da paulista. A ditadura do Estado Novo, enquanto culminação do processo de reestruturação e modernização do Estado brasileiro iniciado em 1930, foi fruto de um golpe anti-oligárquico disfarçado de golpe anti-comunista.

Porém, enquanto representante do próprio regime oligárquico, jamais buscou desmontar as bases de seu poder: o latifúndio e o imperialismo. A Companhia Matte Larangeira beneficiava-se de ambas de forma incomparável. Desta maneira, foi, contraditoriamente, o alvo-mor nunca formalmente hostilizado. O governo Vargas consumiu todos os seus esforços na repressão ferrenha contra a classe trabalhadora e contra os comunistas, a fim de angariar o apoio das elites. E quando começou a se movimentar em direção a alianças com estes após tal apoio se desgastar, já era tarde demais. A Matte Larangeira não aguentou as pressões paulatinas do regime pós-1930, mas paulatinamente contribuiu para sua derrocada em 1945. Num combate travado assim, somente se mostrou possível adiar a derrota. O destaque de Vargas foi conseguir isso por quinze anos seguidos.

Referências

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra:** os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Editora da UEL, 1997.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. La Compañía Matte Larangeira: las relaciones políticas de la primera multinacional latinoamericana. In: CONGRESO

LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 8., 2015, Lima. **Anais...** Lima: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP); Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015. p. 1-23. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/pco-arruda8c.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

AXT, Gunter (Org.). **Reflexões sobre a Era Vargas**. Porto Alegre: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 162-197, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/XBvW7FkYtr7TcqFb4xkLxzz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2025.

BASTOS, Abguar. **Prestes e a revolução social**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

CANCELLI, Elizabeth. **O Estado Novo em Marcha para o Oeste**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: segunda república (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020. p. 103-137.

CARONE, Edgard. **A terceira república**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DORATIOTO, Francisco F. M. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). In: FUNAG. **A visão do outro: seminário Brasil-Argentina**. Brasília: Funag, 2000.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969.

MORAES, Francisco Quartim de. **1932: a história invertida**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2018.

PEREIRA, Astrojildo. **URSS Itália Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

PITILLO, João Cláudio Platenik; TAVARES, Luiz Edmundo. **O Exército Vermelho na mira de Vargas**. Rio de Janeiro: Edições Guerra Patriótica, 2022.

PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. A Guerra do Chaco vista pelos olhares dos militares do exército brasileiro (1932-1935). **Secuencia**, Cidade do México, v. 103, n. 1682, p. 1-30, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n103/2395-8464-secu-103-e1549.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2025.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil 1930-1954. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. **Bolívia**: logística nacional e construção do Estado. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Jovam Vilela da. Um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 a 1950): a multifase da empresa Mate Laranjeira. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 26-44, 1997. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/131>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Walter Guedes da. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia. Matte Laranjeira no período de 1883 a 1937. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/agraria/article/view/79014/83087>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, Walter Guedes da. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional a partir da criação da Colônia Nacional Agrícola de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia USP**, São Paulo, v. 31, p. 26-42, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/rdg.v31i0.102834>. Acesso em: 22 dez. 2025.

TALMA, João de. **Das fornalhas de Nabucodonosor**. Buenos Aires, 1926.

VISCARDI, Maria Claudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "república do café com leite". Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

NOTAS

ⁱ O presente artigo é uma extensão de nossa dissertação de mestrado, principalmente em seus primeiro e quarto capítulo. A dissertação é intitulada **A influência da Guerra do Chaco nas disputas político econômicas do Brasil (1927-1938)** e foi defendida em 2023 na Universidade de São Paulo. Está disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032024-092345/pt-br.php>.

ⁱⁱ Apesar do termo “Revolução de 1930” ter sido consagrado pela historiografia, e da concordância de que ele desencadeou processos que podem ser considerados revolucionários, este artigo entende o evento ocorrido em 3 de outubro de 1930 não como uma revolução, mas como um golpe de Estado, tendo em vista buscou não uma ruptura com o pacto oligárquico basilar da república, mas o resgate dos princípios considerados rompidos ao longo

dos últimos anos, tanto que o novo governo foi mais marcado por sua continuidade do que por sua ruptura (Viscardi, 2012, p. 319, 321).

ⁱⁱⁱ Vavy Pacheco Borges estudou as origens do termo “Tenentismo”, e constatou que ele surge na luta política paulista, usado por adversários derrotados de Vargas como sinônimo bastante genérico de aliados do governo, nem todos provinham das quarteladas de 1922 e 1924, e que não há registro dos militares revoltosos que seguiram a Coluna Miguel Costa-Prestes sendo chamados de “tenentes” antes de 1931 (Borges, in. Axt, 2005, p. 58).

^{iv} Convém trazer o seguinte trecho do artigo de Walter Guedes Silva: “É importante destacar que a nacionalidade do governo Vargas não se repousava na presença de qualquer brasileiro em regiões de fronteira; índios e descendentes de negros não faziam parte desse quadro; a nacionalidade verde-amarelo foi orientada para o capital e não para o homem” (Silva, 2016, p. 30-31). A noção de povo brasileiro integrado em sua pluralidade e diversidade, no governo Vargas, só viria a ser construída e se fazer presente nos discursos e das políticas públicas a partir da ditadura do Estado Novo, conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 189-211).

^v GV c. 1932.09.03. **Documentos sobre os levantes deflagrados no Rio Grande do Sul em apoio à revolução paulista. Contém informações sobre as atividades e a desarticulação dos grupos de Marcial Terra, Borges de Medeiros e Toribio Gomes e suas conexões na Argentina e Uruguai.** CPDOC. Grafia atualizada.

^{vi} BRASIL (1934). **A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso).** Rio de Janeiro, Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, p.15. AHEx.

^{vii} BRASIL (1934). **A Questão do Chaco Boreal (Estudo Sigiloso).** Rio de Janeiro, Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, Apêndice, p. 4-5, 7. AHEx. Grafia atualizada.

^{viii} BRASIL (1935). **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Ministro de Estado da Guerra em maio de 1935.** Imprensa do Estado Maior do Rio de Janeiro, p. 56-57. FUNAG. Grafia atualizada.

^{ix} **Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes,** p. 120, 12/03/1935. AHEx.

^x No contexto de formação e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, dado entre o século XIX e meados do século XX, deve-se sempre entender “vazio demográfico” como regiões habitadas por povos indígenas, com modos de produção e organizações sociais e territoriais incompatíveis as de um Estado-nação com preceitos liberais.

^{xi} GV c 1938.09.19. **Carta de João Batista Luzardo a Getúlio Vargas narrando conversa com o Coronel Pequeno Pedroso que lhe expôs os planos conspiratórios de Flores da Cunha e o atentado pessoal que está sendo planejado contra o presidente da República.** CPDOC.

^{xii} **Regulamento do Instituto Nacional do Mate, a que se refere o decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938** (*apud* Carone, 1976: 273-274).

^{xiii} GV 1941.08.23.1 **Boletim do PCB conclamando a linha política de “União Nacional”. Intimando o governo brasileiro a se democratizar e a romper com os fascistas. O documento fora encaminhado ao coronel Benjamin Vargas pelo chefe de polícia Filinto Müller.** CPDOC (*apud* Pitillo, 2022, 147-149).